



Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Felgueiras

FICHA TÉCNICA

Título

Plano de Desenvolvimento Social do Município de Felgueiras

Ano

2024

Período de Vigência

4 anos

Município

Felgueiras

Comunidade Inter Municipal

Tâmega e Sousa

Edição

Câmara Municipal de Felgueiras

Autoria e Organização

Antónia Meireles Cunha

Conselho Local de Ação Social – Rede Social de Felgueiras

Consultoria (Índice ICT & Management)

Carla Carvalho

Apoio da CIM-TS

António Batista

Data da Publicação

Abril de 2024

Aprovação

CLAS em 05 de abril de 2024

MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL

O Município de Felgueiras tem registado uma evolução muito positiva, nos últimos anos, em termos de trabalho social. Um trabalho que não se limita a atribuição de apoios sociais, um preconceito que tem que ser desconstruído.

Fazer trabalho social é criar condições para uma participação ativa de todas as pessoas: crianças, jovens, seniores, pessoas com deficiência, comunidade, em geral, independentemente da sua condição económica, social ou de saúde.

Queremos melhorar a vida das pessoas. No entanto, consideramos que essa melhoria deve ser refletida não apenas nos apoios sociais, mas numa lógica 360°, ou seja, em todas as esferas da vida de uma pessoa! Queremos uma comunidade verdadeiramente cidadã e participativa – não apenas observadora do desenrolar dos processos, mas que, pelo contrário, seja parte ativa no processo de construção societário. Já dizia o nosso filósofo Leonardo Coimbra que não somos “uma inutilidade num mundo feito, mas o obreiro de um mundo a fazer”!

Após um diagnóstico devidamente elaborado, o Plano de Desenvolvimento Social do Município de Felgueiras vê agora a luz do dia. Para a sua concretização foi fundamental o trabalho da Rede Social.

Um trabalho que, para a implementação do Plano, se pretende sinérgico, coeso, cooperante, em verdadeira rede! Cada instituição é, por isso, aqui chamada a fazer a sua parte, a superar-se naquele que é o seu trabalho e o seu papel em relação à sociedade. Se queremos ir mais além, temos que fazer o que não foi ainda feito, temos que fazer diferente da forma como habitualmente fazemos e sei que a Rede Social do concelho de Felgueiras está pronta para mais este desafio!

Felgueiras trabalha continuamente para ser um território mais justo e equilibrado socialmente. Sabemos que o trabalho social é um trabalho habitualmente discreto mas, nem por isso, pouco importante. Aliás, atrever-me-ia mesmo a dizer que, pela sua discrição, é ainda mais virtuoso.

Assim continuaremos a trabalhar para um concelho ativamente social!

Mãos à obra!

Rosa Maria Pinto

Presidente do Conselho Local de Ação Social

SUMÁRIO EXECUTIVO

O desenvolvimento social, enquanto procura do bem-estar e da sustentabilidade da vida das pessoas e comunidades deve fazer parte da política social das nossas sociedades. Daí que a preparação deste documento denominado de Plano de Desenvolvimento Social (PDS) seja uma peça fundamental deste desígnio.

No entanto, esta é uma missão de todos/as exigindo uma corresponsabilização, que não pode deixar ninguém de fora.

Este documento pretende ser o resultado de um processo de diagnóstico, de debate, de definição de problemas e necessidades, de desafios e prioridades centradas na área social. É um instrumento partilhado, um compromisso de ação partilhada. Surge como um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento local.

O PDS tem como objetivos:

- Promover a coesão social no município de Felgueiras, assegurando o bem-estar e a sustentabilidade da vida das pessoas e comunidade, minimizando as disparidades e desigualdades sociais;

- Um compromisso político e social de promoção das políticas sociais, medidas e ações direcionadas para o bem-estar social das pessoas que residem, no concelho;

- A prossecução de alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adequados ao nível local, tais como, a segurança económica, a coesão social, a diversidade cultural, a coesão territorial, entre outros;

- Governanças local, partilhada e participada da comunidade, dos protagonistas das instituições e serviços pertinentes para mobilizar e envolver todos os atores locais;

- Promoção da mudança, no sentido da procura do bem-estar e sustentabilidade da comunidade, dando resposta às necessidades fundamentais, ainda não satisfeitas.

O documento aqui trabalhado está organizado em 4 dimensões:

A primeira diz respeito à definição da estratégia de atuação, a segunda tem um enfoque nas questões relacionadas com o risco e a vulnerabilidade social, para a orientação da intervenção no concelho. Será feita uma abordagem sucinta, decorrente das principais conclusões do diagnóstico social, permitindo a orientação para uma intervenção focalizada e direcionada para impactos sociais verificáveis, criando assim dispositivos de ação, que se pretendem que sejam eficientes e eficazes no concelho. Numa terceira dimensão, este documento dá-nos conta dos projetos âncora definidos e estruturantes, para o concelho, numa lógica de inovação social.

Numa quarta dimensão iremos abordar as questões relativas ao modelo de governação, para a intervenção e implementação deste Plano de Desenvolvimento Social.

Este documento é acessível e claro, de fácil compreensão, prático e eficaz, na sua concretização e assume-se como um plano de continuidade.

ÍNDICE GERAL

| | |
|---|-----|
| MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL..... | 3 |
| SUMÁRIO EXECUTIVO | 4 |
| ÍNDICE GERAL | 6 |
| ÍNDICE DE TABELAS..... | 6 |
| SIGLAS E ACRÓNIMOS | 8 |
| 1. METODOLOGIA | 9 |
| 2. ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL | 11 |
| 3. MODELO DE GOVERNAÇÃO | 13 |
| 4. EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO..... | 15 |
| a. ÁREAS DE RISCO | 15 |
| b. ÁREAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL | 19 |
| c. ÁREA DA POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL | 23 |
| d. ÁREA DA EXCLUSÃO ESTRUTURAL..... | 27 |
| 5. PROJETO ÂNCORA | 30 |
| Componente 1 – Academia Sénior | 31 |
| Componente 2 – Inclusão pela arte | 33 |
| Componente 3 – Includoteca | 35 |
| 6. PROJETOS ESTRUTURANTES | 37 |
| 6.1. Plataforma Capacitar | 37 |
| 6.2. Plataforma Voluntariado | 38 |
| 6.3. Plataforma Ação Social..... | 39 |
| 7. PROJETO INOVAÇÃO | 41 |
| 7.1. Projeto Atividade | 41 |
| 8. SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO | 433 |
| 9. BIBLOGRAFIA..... | 455 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1- Área de Risco tipo de Intervenção Ações Prioritárias Felgueiras | 17 |
| Tabela 2 - Área da Vulnerabilidade Social tipo de Intervenção Ações Prioritárias Felgueiras | 21 |
| Tabela 3 - Área da Pobreza e Exclusão Social tipo de Intervenção Ações Prioritárias Felgueiras | 25 |

| | |
|---|----|
| Tabela 4- Área da Exclusão Estrutural tipo de Intervenção Ações Prioritárias Felgueiras | 29 |
| Tabela 5- Modelo de Governação do(s) Projeto(s) | 30 |
| Tabela 6 – Caracterização da Componente 1 Academia Sénior Projeto Intergeracionalidade | 31 |
| Tabela 7 – Ficha Componente 1 – Academia Sénior | 32 |
| Tabela 8 – Ficha de Ações do Projeto Componente 1 Município de Felgueiras | 33 |
| Tabela 9 – Caracterização da Componente 2 Inclusão pela Arte Projeto Intergeracionalidade | 33 |
| Tabela 10 – Ficha Componente 2 Inclusão pela Arte | 34 |
| Tabela 11 – Ficha de Ações do Projeto Componente 2 Município de Felgueiras | 35 |
| Tabela 12 – Caracterização da Componente 3 Includoteca Projeto Intergeracionalidade | 35 |
| Tabela 13– Ficha Componente 2 Includoteca | 36 |
| Tabela 14 – Ficha de Ações do Projeto Componente 3 Município de Felgueiras | 36 |
| Tabela 15 – Projeto Estruturante Plataforma Capacitar | 37 |
| Tabela 16 - Projeto Estruturante – Plataforma Voluntariado | 38 |
| Tabela 17 - Projeto Estruturante – Plataforma Ação Social | 39 |
| Tabela 18 - Projeto Inovação – Atividade | 41 |

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACeS – Agrupamento dos Centros de Saúde

CACI – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CAD – Comportamentos Aditivos e Dependências

CLAS – Conselho Local de Ação Social

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRI – Centro Respostas Integradas

EMAT – Equipas Multidisciplinares de Apoio Técnico aos Tribunais

ERPI – Estrutura Residencial para Idosos

GNR- Guarda Nacional Republicana

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

INE – Instituto Nacional de Estatística

LGBTIQA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgéneros, Queers, Intersexos e Assexuais

N.º - Número

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PDS – Plano de Desenvolvimento Social

RSI – Rendimento Social de Inserção

SAAS – Serviço de Acompanhamento e Atendimento Social

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

UE – União Europeia

SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências

1. METODOLOGIA

A elaboração deste PDS tem como horizonte temporal os próximos quatro anos e assenta numa metodologia participativa e reflexiva, contando com o envolvimento ativo das pessoas e comunidade e ainda da partilha das necessidades expressas, no Diagnóstico Social.

O Diagnóstico Social constitui-se como uma das etapas fundamentais e base na construção deste documento.

A metodologia adotada para a elaboração do PDS é a qualitativa, com recurso à auscultação dos decisores políticos do município, dos técnicos da instituição parceiras, através da técnica de *focus group* e posterior registo das opiniões e sugestões após a sistematização de toda a informação.

Neste PDS é nossa intenção manter o foco nas questões sociais, decorrentes e mais emergentes dos contributos da Rede Social, tendo em conta não só a lógica do desenvolvimento social, mas a do desenvolvimento sustentável.

De acordo com o Diagnóstico Social, foram identificados eixos estratégicos de intervenção, grupos de risco e as respetivas problemáticas. A partir desta definição desenvolveu-se um trabalho vasto, visando, por um lado, avaliar a sua pertinência futura, e, por outro, consensualizar objetivos comuns.

Procurou-se, ainda, articular iniciativas em curso e facilitar a racionalização e rentabilização de recursos, colocando uma grande importância na coresponsabilização dos vários parceiros.

As áreas de intervenção identificadas, foram:

- Áreas de Risco;
 - Crianças e jovens em situação de Privação
 - Crianças e Jovens em risco
 - Violência Doméstica
 - Emergência Social
- Área da Vulnerabilidade Social;
 - Seniores / Pessoas Idosas
 - Pessoas com deficiência
 - Migrantes
 - Refugiados
- Área da Pobreza e Exclusão Social;
 - Dependências
 - Saúde Mental
 - Pessoas em situação de sem abrigo

- Área da Exclusão Estrutural;
 - Desemprego
 - Jovens NEET/ Precaridade
 - Desemprego de Longa Duração
 - Habitação

Este documento foi construído tendo em conta as orientações nacionais, tais como o Programa Operacional Temático da Inclusão Social e Emprego, a Estratégia Nacional Portugal 2030 e as orientações municipais, pois pretende a este nível, criar ligações nas áreas convergentes com os diversos planos já existentes.

2. ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A estratégia de desenvolvimento social do município de Felgueiras assenta numa lógica de desenvolvimento sustentável. Perspetivar o desenvolvimento sustentável implica, como já foi dito anteriormente, um compromisso político, sustentado nas políticas nacionais, locais e de financiamento disponível no Portugal 2030¹ e nos seus programas operacionais.

O Portugal 2030 é implementado através de programas temáticos – Demografia; Qualificações e Inclusão; Inovação e Transição Digital; Ação Climática e Sustentabilidade do Mar e cinco programas regionais, NUTS II², onde se enquadra a Região Norte.

A este propósito, o PDS procurou alinhar a sua estratégia de modo a possibilitar o acesso aos recursos financeiros indispensáveis para a intervenção, potenciando o financiamento aos projetos e ações definidos em conjunto com as instituições parceiras da rede social.

A visão estratégica proposta pelo município de Felgueiras centra-se na construção de um território inclusivo, coeso, justo e competitivo com práticas institucionais de concertação e promoção do acesso equitativo aos recursos existentes.

A estratégia definida para o concelho está de acordo com a metodologia determinada pelo Conselho Local de Ação Social (CLAS) e pelos grupos de trabalho, e incluem, as grandes prioridades de atuação e as estratégias, que procuram traduzir as melhores soluções, sempre na lógica da construção de um território inclusivo, equitativo, coeso, justo e competitivo.

Este PDS orienta-se para o preconizado na “Agenda 1 – As pessoas Primeiro: um melhor equilíbrio demográfico maior inclusão e menos desigualdade” que constitui uma agenda de desenvolvimento social, proposta no Portugal 2030 no Programa das Qualificações e Inclusão e encontra-se em plena sintonia com o diagnóstico e as prioridades do mesmo.

A análise dos fatores críticos para a elaboração da estratégia preconizada pelo Município, permite identificar alguns fatores para os quais a dinâmica apresentada neste PDS, deverá criar oportunidades e recursos, tendo em conta o elevado potencial do concelho de Felgueiras na criação de soluções.

¹ O Portugal 2030 é implementado através de programas temáticos – Demografia; Qualificações e Inclusão; Inovação e Transição Digital; Ação climática e Sustentabilidade do Mar e cinco programas regionais, NUTS II¹, onde se enquadra a Região Norte.

² NUTS é o acrónimo de “Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos”, sistema hierárquico de divisão do território em regiões. A nomenclatura subdivide-se em 3 níveis (NUTS I, NUTS II, NUTS III), definidos de acordo com critérios populacionais, administrativos e geográficos.

Este é um território onde muito ainda se tem a fazer principalmente, na criação de respostas sociais inovadoras, para “novas” e “velhas” vulnerabilidades sociais. O que determina hoje o desenvolvimento de uma comunidade, de um território em geral e em particular do município de Felgueiras, são respostas sociais e políticas para as questões da empregabilidade precária, baixas qualificações, baixos salários ou mesmo desemprego, famílias destruídas e disfuncionais, com problemas de saúde mental, idosos em situação de pobreza e isolamento social, entre outras fragilidades marcantes, que serão abordadas neste documento.

3. MODELO DE GOVERNAÇÃO

A inovação na área social é um desafio necessário para a obtenção de melhores resultados e impactos sociais, mas não só, é também uma forma de responder às novas realidades e problemáticas sociais para as quais as metodologias convencionais de intervenção e as respostas sociais já institucionalizadas não respondem.

O concelho de Felgueiras tem definidas políticas sociais locais, em várias áreas de intervenção e com diferentes públicos-alvo, que deverão articular-se estrategicamente com o PDS na definição de sinergias e potenciação mútua.

No documento que aqui se apresenta, o modelo de governação constitui-se em diferentes níveis de organização colaborativa da rede de instituições parceiras de acordo com as suas funções específicas na estrutura de intervenção do PDS:

- A coordenação e orientação estratégica do PDS, deverá ocorrer nos níveis de decisão na estrutura orgânica da Rede Social: o Núcleo Executivo e o CLAS.

Ao Núcleo Executivo, órgão operativo do CLAS, obrigatoriamente constituído pelo Município, segurança social, uma entidade sem fins lucrativos e outras entidades nomeadas pelo CLAS e que são representativas das diversas áreas de intervenção social no município, tem como missão, um nível de governação especializada, no sentido de manter a rede preparada para as candidaturas a investimentos de qualificação ou modernização, a partir de um diagnóstico de necessidades atualizado e operativo em termos de avaliação de prioridades de investimento e candidatura.

Ao CLAS cabe a implementação do processo de monitorização e avaliação estratégica das ações previstas e implementadas no PDS com o objetivo de potenciar o seu impacto. O CLAS valida e assume institucionalmente o Plano de Ação anual, decorrente do PDS, criando as condições para a sua efetiva operacionalização realizando, simultaneamente a coordenação, articulação e planeamento dos diferentes planos e programas locais. A este, cabe ainda a função de gestão das redes de equipamentos e respostas sociais, definida no PDS, propondo e validando candidaturas e monitorizando tendências e novas tipologias de equipamentos e respostas sociais.

- Um outro desafio à governação da intervenção e da ação concertada em rede, verifica-se com os planos de ação e o planeamento de cada freguesia (ao nível micro), através das suas comissões de freguesia, das suas juntas de freguesia ou de outras entidades locais, focadas nas necessidades particulares de cada um desses territórios. Como tal, o PDS, na vertente da intervenção concertada em temáticas de risco social, deverá funcionar como instrumento de aglutinação das micro ações orientando-as para uma dimensão.

- A definição no PDS de projetos âncora e estruturantes no concelho, tem que desenvolver um mecanismo de governação integrada que garanta a coordenação das equipas dos projetos, da articulação com outros projetos, no terreno e com a estrutura de parceria da rede social.

A avaliação participada e colaborativa da intervenção deverá ser, igualmente uma ferramenta de melhoria e de produção de conhecimento, mas implicará a criação de estratégias de trabalho colaborativo e em rede institucionalizado, para que assim permita, um modelo de governação, que contemple a criação de práticas continuadas e sedimentadas de análise, reflexão e incorporação do conhecimento técnico-operativo.

4. EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO

a. ÁREAS DE RISCO

Esta área inclui as problemáticas sociais inseridas em contextos de risco ou perigo social eminente, que exigem resposta imediata.

Na área de risco estão incluídas as seguintes problemáticas sociais: Crianças e Jovens em risco e em situação de privação; Violência Doméstica e Emergência Social.

Crianças e jovens em risco é um conceito complexo e como tal tem de ser analisado tendo em conta diferentes perspetivas: a médica, a psicológica, a social, a educativa e a de direito.

De acordo com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99 de 1 de agosto, com as alterações imposta pela Lei n.º 26/2018 de 5 de julho), “uma criança ou jovem em risco é aquela cuja bem-estar está comprometido ou ameaçado pondo em causa o seu desenvolvimento integral”.

Estas são crianças e jovens que se encontram em ambientes familiares destruídos com comportamentos de risco, negligência e maus-tratos. Associado a esta questão temos a maioria das vezes, crianças e jovens com desmotivação escolar, agravadas pelo sucessivo insucesso escolar, comportamentos desviantes, entre outros fatores. Todavia, estas fazem parte em grande número das **crianças e jovens em situação de privação**.

A este nível e analisando alguns dos dados do diagnóstico social, podemos destacar:

CRIANÇAS/ JOVENS EM RISCO:

- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) - Transitaram de 2021, o total de 171 processos de promoção e proteção;
- No ano civil de 2022 foram instaurados um total de 124 processos, sendo que 121 correspondem a novas sinalizações, 3 a processos recebidos de outras CPCJ do país e 56 processos reabertos;
- Jovens sem escolaridade obrigatória; Abandono e insucesso escolar;
- Quadro de instabilidade emocional.

De acordo com o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, em 2021, 10,7% das crianças com menos de 16 anos pertenciam a agregados familiares em privação material e social e destas 5,1% em privação material e social severa.

Felgueiras não é exceção.

CRIANÇAS/ JOVENS EM RISCO DE PRIVAÇÃO:

- Em 2022, um total de 232 crianças/ jovens, com menos de 18 anos, pertencentes a agregados a beneficiarem do Rendimento Social de Inserção (RSI);
- Dos 0-5 anos existe um elevado n.º de crianças com apoios socioeducativos;
- Existiam 837 crianças inscritas e a usufruir do serviço de refeições, 947 no serviço de lanche gratuito, 554 no prolongamento de horário. Destes 117 usufruem do escalão A e 207 do escalão B, nas visitas de estudo;
- No ano letivo de 2022-2023 foram apoiados 7422 alunos/as, 1110 no escalão 1, 1662 no escalão 2 e 4650 no escalão 3 ou superior;
- O Serviço de Acompanhamento e Atendimento Social (SAAS), acompanhou em 2022, 1608 beneficiários/as com menos de menos de 18 anos de idade;
- Crescimento de casos clínicos de saúde mental, de consumos de álcool e drogas em idades cada vez mais precoces;
- Uso excessivo das tecnologias.

Entende-se por **violência doméstica** "toda a violência física, sexual ou psicológica que ocorre em ambiente familiar e que inclui, embora não se limitando a maus-tratos, abuso sexual das mulheres e crianças, violação entre cônjuges, crimes passionais, mutilação sexual feminina e outras práticas tradicionais nefastas, incesto, ameaças, privação arbitrária de liberdade e exploração sexual e económica. Embora maioritariamente exercida sobre mulheres, atinge também, direta e/ou indiretamente, crianças, idosas e outras pessoas mais vulneráveis, como os/as deficientes" (Resolução do Conselho de Ministros nº 88/2003, de 7 de julho).

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:

- Em 2022 a Guarda Nacional Republicana (GNR) reportou 101 ocorrências. As vítimas são maioritariamente do sexo feminino e têm mais de 25 anos;
- Os suspeitos são maioritariamente sexo masculino e com 25 anos ou mais. É importante referir que nomeadamente a partir de 2019, tem aumentado o n.º de suspeitos entre os 18 e os 24 anos;
- Problemática pouco referenciada pelos serviços em grupos específicos sobretudo LGBTQIA +.

A **Emergência Social** são situações que causam uma grande vulnerabilidade e que ocorrem quando não se encontram asseguradas todas ou algumas das condições mínimas de sobrevivência (alimentação, alojamento, saúde) e de dignidade, e que podem constituir perigo para a integridade física, psíquica, emocional ou social dos indivíduos.

EMERGÊNCIA SOCIAL:

Em 2022:

- O SAAS apoiou mais de 2800 famílias em situação de vulnerabilidade social;

- 1114 beneficiários/as a usufruir de Complementos Solidário para Idosos;

- 889 pessoas a usufruir de apoio alimentar;

. Em 2021 foram apoiados 942 beneficiários/as de RSI. Destes 36,4% têm menos de 25 anos e 25,5% mais de 55 anos. Em 2019 o ganho médio mensal dos homens era de 966,00 € e o das mulheres de 810,80 €.

Para a área de risco, apresentamos a sistematização dos resultados alcançados:

Tabela 1- Área de Risco | tipo de Intervenção | Ações Prioritárias | Felgueiras

| Área de Atuação | Problemática Prioritária | Tipologia de Intervenção | Ações prioritárias |
|---|---|--|---|
| Crianças e jovens em situação de Privação | 1.1. Reforço de apoio ao nível da intervenção precoce, com crianças com NEE e problemas de saúde mental | 1.1.1. Criação de recursos para apoio a crianças com NEE e problemas de saúde mental | Criação de Centro de Recursos para a Parentalidade Positiva e Equipa técnica multidisciplinar de intervenção no desenvolvimento das crianças e jovens; |
| | 1.2. Criar lugares na resposta social de Creche | 1.2.1. Criação de vagas na resposta social de Creche, na rede solidária | Criação de uma resposta social de Creche na freguesia de Margaride, Pinheiro, Rande, Vila Cova da Lixa, Idães, Torrados e Pombeiro; |
| | | | Alargamento da capacidade da resposta social Creche, para 11 crianças, pelo Centro Social e Paroquial Padre António Mendonça; |
| | | | Criação de uma creche de raiz, na união de freguesias de Unhão e Lordelo, tendo como entidade promotora a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Unhão; |
| | | | Requalificação e ampliação do equipamento existente, no Centro Social N° Senhora de Pedra Maria, para criação de mais 3 vagas. |
| Área de Atuação | Problemática Prioritária | Tipologia de Intervenção | Ações prioritárias |
| Crianças e Jovens em Situação de Risco | 1.3. Modelos parentais destrutturados | 1.3.1. Intervenção preventiva promotora de parentalidade positiva | Criação de um Centro de Apoio e Aconselhamento Parental - Promotora: Creche Rosas Amorim (Centro Juvenil de São José); |
| | | | Ações de promoção de competências parentais (negligência parental) em articulação com entidades externas: CPCJ e EMAT; |
| | 1.4. Prevenção da violência no namoro | 1.4.1. Alertar os/as jovens para a violência no namoro | Campanhas de sensibilização, prevenção na área da violência no namoro; |
| 1.4.2. Acompanhamento Psicológico ao | | | Criação de respostas e serviços especializados (sobretudo na área da saúde mental) no território direcionados |

| | | nível familiar e individual | para a problemática das crianças e jovens em risco. |
|----------------------------|---|--|---|
| Área de Atuação | Problemática Prioritária | Tipologia de Intervenção | Ações prioritárias |
| Violência Doméstica | 1.5. Abuso/negligência e Saúde mental | 1.5.1. Casa de Acolhimento Residencial / Lar de Infância e Juventude (Creche Rosas Amorim) | Segurança e bem-estar; Desenvolvimento emocional e social; Educação e desenvolvimento socioprofissional; Participação ativa da família; Capacitação e formação contínua para as equipas de trabalho; Preparação de jovens para a transição para a vida adulta; Colaboração com rede de apoio; |
| | 1.6. Violência física, verbal e psicológica e impacto na saúde física e mental das crianças | 1.6.1. Acompanhamento direto às famílias sinalizadas | Ações preventivas com progenitores; |
| | 1.7. Exposição de menores a situações de violência conjugal | 1.7.1. Acompanhamento psicológico | Mediação familiar; Intervenção CAFAP; |
| | 1.8. Prevenção e sensibilização para as questões da Violência Doméstica | | Sensibilização junto da Comunidade; |
| | 1.9. Sensibilização e prevenção de comportamentos de risco | 1.9.1. Aumento de comportamentos desviantes e pré-delinquência | Intervenções junto das crianças e jovens e suas famílias; Ações de prevenção ao nível escolar. |
| Área de Atuação | Problemática Prioritária | Tipologia de Intervenção | Ações prioritárias |
| Emergência Social | 1.10. Famílias com recursos económicos e sociais limitados Apoio social e económico Intervenção ao nível da habitação, emprego e condições gerais de vida | 1.10.1. Aumento do n.º de beneficiários em apoio alimentar | Criação de um maior número de vagas para apoiar as famílias em situação de privação (apoio alimentar). Articulação com entidades e projetos (SAAS, RSI, Juntas e Freguesas e IPSS); |
| | | 1.10.2. Aumentar o n.º de intervenções socioeducativas | Intervenções socioeducativas, nomeadamente ao nível habitacional. |

Fonte: Diagnóstico Social, 2023

b. ÁREAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL

Vulnerabilidade social “é um conceito multidimensional que diz respeito a uma condição de fragilidade material de pessoas diante de riscos produzidos pelo contexto económico social” (Diagnóstico Social, 2023).

Nesta área analisamos problemáticas decorrentes de circunstância da vida pessoal e/ou sociais, que por situações específicas se encontram em situação de vulnerabilidade social; como as questões relativas às pessoas idosas e seniores, pessoas com deficiência, migrantes e refugiados.

A este nível e analisando alguns dos dados do diagnóstico social, podemos destacar:

As **pessoas idosas** com mais de 65 anos têm acesso a vários apoios, serviços e instituições que lhes permitem não só assegurar as necessidades básicas, como manter uma vida ativa e de qualidade em ambientes seguros e estáveis. No entanto, nem todos os territórios tem estes serviços que permitam apoiar todos os/as seus/suas idosos/as.

SÉNIORES/ PESSOAS IDOSAS:

- Em 2022 o número de pessoas idosas (65 anos ou +), em Felgueiras era de 7669. Destes 132 frequentam as duas universidades Séniores (USAF e USOL);
- Em 2021, Felgueiras apresentava um Índice de Longevidade de 43,7% (pessoas idosas com 75 anos ou mais) e uma diminuição das pessoas em idade ativa e dos jovens dos 0-14 anos;
- Identificados pela GNR entre 2015 e 2022, 52 pessoas idosas em situação de isolamento e/ou vulnerabilidade social;
- Beneficiários em situação de Maior Acompanhado, num total de 68;
- Idosos bastante dependente de terceiros;
- 123 cuidadores informais com estatuto reconhecido pela segurança social;
- Ausência ou esgotamento dos cuidadores ou famílias de apoio;
- Em 2022, 1144 pessoas idosas usufruíam do Complemento Solidário para Idosos;
- Carências básicas e necessidades de vida por satisfazer;
- Dificuldade de acesso aos serviços de saúde e outros – falta de transporte;
- Dificuldades de integração das pessoas idosas nas respostas sociais de ERPI e SAD;
- Aumento de situações de demência.

No que respeito às **pessoas com deficiência**, percebemos que na prática uma pessoa com deficiência pode ter maior ou menor grau de incapacidade, ser mais ou menos funcional no seu dia a dia consoante as condições que encontra no meio físico e social. A incapacidade deve ser encarada, à luz do novo paradigma, como algo que ocorre a todas as pessoas, em alguma altura da vida.

A este nível, no município de Felgueiras, podemos destacar:

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:

- Em 2022 existem 307 beneficiários da Bonificação do Abono de Família; 160 beneficiários do Subsídio por Estabelecimento de Educação Especial;
- Existem 40 crianças em acompanhamento no Centro de Recursos para a Inclusão;
- No concelho de Felgueiras existem 631 beneficiários da Prestação para a Inclusão;
- Encontram-se apoiados por medidas de apoio ao emprego, 15 a frequentar formação e 27 a frequentar medidas ativas de emprego;
- Contudo, ainda existe um número significativo de pessoas com deficiência a necessitar de apoio, nomeadamente de respostas sociais residenciais, respostas no domicílio para pessoas com deficiência intelectual e multideficiência;
- Os cuidadores encontram-se em situação de Burnout, por falta de apoio e isolamento;
- Carência de recursos materiais e técnicos adequados para a estimulação das potencialidades das pessoas com deficiência.

Os **migrantes e refugiados** são cada vez mais, uma realidade dos nossos territórios, assente em motivos vários.

A integração bem-sucedida destes é fundamental para o futuro do bem-estar, a prosperidade e a coesão das sociedades.

Embora os Estados-Membros sejam os principais responsáveis pela integração, a UE apoia as autoridades nacionais e locais no que respeita à coordenação de políticas, ao intercâmbio de conhecimentos e à disponibilização de recursos financeiros.

No município de Felgueiras, a este nível podemos destacar as seguintes necessidades:

MIGRANTES E REFUGIADOS:

Felgueiras, de acordo com os dados do INE, recebeu:

- 1009 migrantes, desde 2019 até 2021, oriundos maioritariamente da América, União Europeia e da Ásia. Tendo em conta os dados fornecidos pelas Uniãos de Freguesias/ Freguesias, em 2023, verificamos a existência de 1022 migrantes;
- Até ao momento, em Felgueiras só chegou uma família de refugiados, com sete elementos, de nacionalidade afegã.

Para a área da vulnerabilidade apresentamos, na tabela 2, a sistematização dos resultados alcançados, nas diferentes metodologias participativas desenvolvidas:

Tabela 2 - Área da Vulnerabilidade Social | tipo de Intervenção | Ações Prioritárias | Felgueiras

| Área de Atuação | Problemática Prioritária | Tipologia de Intervenção | Ações prioritárias |
|-------------------------|--|---|--|
| População Idosa | 2.1. Criar respostas de apoio recreativo e cultural para a população Sénior | 2.1.1. Apoio recreativo e cultural a pessoas idosas, como prevenção do isolamento social | Criação de uma Academia Sénior – Entidade promotora Câmara Municipal de Felgueiras; Criar balcão de apoio onde a comunidade possa sinalizar situações de isolamento social, com o intuito de serem criadas equipas multidisciplinares de intervenção para visitas rotineiras com atividades de desenvolvimento. Poderão também desta forma, esclarecer relativamente às respostas sociais existentes e em conjunto traçar possibilidade de admissão nessas respostas sociais; |
| | 2.2. Garantir Respostas sociais, em equipamento e no domicílio, adequadas às necessidades das pessoas idosas | 2.2.1. Criação de vagas na resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) | Ampliação do equipamento existente, no Centro Social N.º Senhora de Pedra Maria, para criação de mais 5 vagas, em SAD; |
| | | 2.2.2. Criação de resposta de SAD 24h/dia | |
| | 2.3. Aumento das demências e situações de dependência dos utentes SAD | 2.3.1. Estimulação cognitiva | Intervenção psicológica para prevenir e minimizar demências e situações de dependência; Ação de sensibilização aos familiares; Partilha de estratégias para lidar com as problemáticas; |
| | | 2.3.2. Alertar familiares acerca da problemática das demências e situações de dependência | |
| | 2.4. Elevado número de idosos com demência | 2.4.1. Criação de respostas adaptadas | Criação e requalificação de respostas sociais existentes (com novos serviços e horários alargados); Criação do plano local estratégico para o envelhecimento; |
| | | 2.4.2. Formação de cuidadores formais | |
| | Área de Atuação | Problemática Prioritária | Tipologia de Intervenção |
| Pessoas com Deficiência | 2.5. Falta de respostas residenciais | 2.5.1. Criação de uma resposta residencial no concelho para pessoas com deficiência | Criação de um lar Residencial, tendo como entidade promotora a CERCIFEL; |
| | | 2.5.2. Alargamento do N.º de vagas em Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) | Alargamento das vagas em CACI (já existente), tendo como entidade promotora a CERCIFEL; |

| | | | |
|---|--|--|--|
| | | 2.5.3. Criação de um maior n.º de vaga em CACI | Construção de uma nova unidade, tendo como entidade promotora a CERCIFEL; |
| | | 2.5.4. Apoiar no domicílio, pessoas com deficiência intelectual e multideficiência | Implementação de uma resposta de apoio domiciliário, para pessoas com deficiência intelectual e multideficiência, tendo como entidade promotora a CERCIFEL; |
| | 2.6. Transporte adaptados a pessoas sem mobilidade | 2.6.1. Fomentar a acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida | Promoção do transporte inclusivo de pessoas com mobilidade reduzida, tendo como entidade promotora a Camara Municipal de Felgueiras; |
| | 2.7. Criação de respostas para descanso do cuidador de pessoas com deficiência | 2.7.1. Criar respostas para descanso dos cuidadores informais e proporcionar novas experiências e oportunidades às pessoas com deficiência | Colónia de Férias para pessoas com deficiência, tendo como entidade promotora a CERCIFEL; |
| | 2.8. Trabalho e Emprego | 2.8.1. Dificuldade na inserção no mercado de trabalho das pessoas com deficiência | Ações de aproximação às empresas para a empregabilidade e para a conciliação profissional e familiar; |
| 2.8.2. Pouca sensibilização das entidades patronais para as necessidades específicas das famílias das pessoas com deficiência | | Promoção de oportunidades de emprego para as pessoas com deficiência. | |
| Área de Atuação | Problemática Prioritária | Tipologia de Intervenção | Ações prioritárias |
| Migrantes e Refugiados | 2.9. Criação de respostas de apoio ao nível da educação, para crianças e jovens migrantes e refugiados | 2.9.1. Melhoria do apoio prestado a alunos/as estrangeiros na sua integração no meio escolar | Criação de uma equipa de apoio aos/às alunos/as estrangeiros/as; |
| | 2.10. Integração no Mercado de Trabalho | 2.10. 1. Medidas ativas de Emprego | Português Língua de Acolhimento (PLA – Formação destinada a imigrantes e refugiados); Contrato Emprego Inserção (CEI e CEI+); Ofertas de Emprego Compromisso Emprego sustentável; Outras medidas ativas de emprego pontuais. |

Fonte: Diagnóstico Social, 2023

C. ÁREA DA POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

Numa situação de exclusão verifica-se uma acentuada privação de recursos materiais e sociais, arrastando o/a excluído/a para “fora” da sociedade. Esta dimensão da exclusão assume-se normalmente pela transformação da identidade da pessoa, inevitavelmente marcada por um sentimento de inutilidade, ligado à sua incapacidade de superar os obstáculos e os processos que acentuam a exclusão.

Nas sociedades modernas ocidentais, a pobreza e a exclusão reforçam-se mutuamente. Como tal, a pobreza e a exclusão aparecem, não poucas vezes, associadas ao surgimento de “marginais” que põem em causa a estabilidade e a normalidade social.

A pobreza é uma das dimensões talvez a mais visível da exclusão social. A título de exemplo e para percebermos melhor este contexto, podemos afirmar que a exclusão do mercado de trabalho gera pobreza e esta impede o acesso a bens e serviços relevantes a nível social.

A Agenda 2030 e os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) definem um conjunto de objetivos e metas quantificáveis a realizar pelos Estados para promover políticas mais efetivas e humanas, colocando a dignidade humana e o desenvolvimento sustentável no centro das suas preocupações. No âmbito do Objetivo 3 “Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”, pretende-se até 2030, reunir esforços para a implementação do objetivo 3.5 “Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas e uso nocivo do álcool” (ODS • Objetivos Desenvolvimento Sustentável • BCSD Portugal).

Para a eficácia das respostas organizadas salienta-se a importância da existência de um esforço permanente de articulação entre serviços públicos e parceiros estratégicos, permitindo o planeamento, a concretização e a avaliação de respostas flexíveis, inclusivas, relevantes para os contextos e comunidades onde são implementadas e orientadas para a realidade dos cidadãos com comportamentos aditivos na globalidade das suas necessidades biopsicossociais.

Na área da Exclusão estrutural estão incluídas as seguintes problemáticas: dependências, saúde mental e pessoas em situação de sem abrigo.

As **dependências** entendidas como comportamentos compulsivos tem sido tradicionalmente associado às substâncias psicoativas. Contudo, nos últimos anos foram identificados desafios que implicaram ampliar a abordagem e as respostas. Portanto passou a adotar-se a designação CAD – Comportamentos Aditivos e Dependências (SICAD, 2013).

As políticas públicas têm vindo a dar expressão a esta tendência, caso do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 (SICAD, 2013) e do Referencial de Educação para a Saúde (Pereira & Cunha, 2017). Em síntese, neste referencial os CAD são definidos como "... processos de adição», (...) comportamentos com características impulsivas-compulsivas em relação a diferentes atividades ou condutas" (Idem: 58).

A problemática das dependências, em Felgueiras é uma realidade bastante significativa e que carece de bastante intervenção social, psicológica e médica. Podemos observar no concelho, os seguintes dados:

DEPENDÊNCIAS:

- Felgueiras, tal como em outros territórios, não tem uma resposta onde se concentrem em tratamento as pessoas com dependências. Existem várias entidades publicas que fazem este acompanhamento, como é o caso da Segurança Social, do Agrupamento dos Centros de Saúde (ACeS) de Felgueiras e do Centro Respostas Integradas (CRI);
- No que diz respeito ao álcool existem 1716 pessoas, 5958 pessoas com abuso de tabaco, 13 com abusos de medicação e 339 por problemas com outras drogas, apoiadas no ACeS;
- Relativamente ao CRI, existem 137 pessoas em acompanhamento, 73 com problemas ligados ao álcool, 54 com consumos de outras substâncias psicoativas, 1 com consulta de cessação tabágica, 2 com patologia referente ao jogo e os restantes estão inseridos em outras patologias aditivas;
- Ausência de serviços de proximidade (rede de saúde e outros);
- Baixa escolarização.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2001), para todas as pessoas, a saúde mental, a saúde física e o social constituem fatores de vida estreitamente entrelaçados e profundamente interdependentes. O conceito de saúde mental abrange, entre outras coisas, o bem-estar subjetivo, a autoeficácia percebida, a autonomia, a competência, a dependência intergeracional e a autorrealização do potencial intelectual e emocional da pessoa. Deste modo, a saúde mental não é apenas essencial para o bem-estar individual, mas também para melhorar o desenvolvimento humano e a redução da pobreza.

A **saúde mental** é, cada vez mais, uma prioridade de saúde pública, sendo hoje as perturbações psiquiátricas e os problemas de saúde mental a principal causa de incapacidade e uma das principais causas de morbilidade das sociedades.

No que se refere à Saúde Mental, no município de Felgueiras, podemos observar o seguinte:

SAÚDE MENTAL:

- Felgueiras, não tem serviços de proximidade na área da Saúde Mental;
- Existe uma grande dificuldade em encontrar respostas em equipamentos residenciais, para pessoas com problemas a este nível;
- Dificuldades no encaminhamento para consultas, nomeadamente de psiquiatria e neurologia.

A integração comunitária das **pessoas em situação de sem abrigo** deve ser uma prioridade em qualquer município. É, necessário o desenvolvimento e a consolidação de medidas, privilegiando-se soluções flexíveis e adequadas aos diferentes perfis identificados, nomeadamente, programas de: apoio habitacional; promoção ao acesso aos serviços de saúde; formação profissional e emprego e outros programas de capacitação e desenvolvimento educacional promotores da integração e participação social efetiva.

Ao nível das pessoas em situação de sem abrigo, observamos que:

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO

- Em Felgueiras existem 10 pessoas em situação de sem abrigo, oriundas das diversas freguesias com exceção de 1 elemento que é de nacionalidade francesa;
- A maioria está na rua há mais de um ano e a principal causa são as dependências;
- Afastamento do mercado de trabalho, desemprego ou ausência de trabalho prolongada.

Para a área da Pobreza e Exclusão Social, apresentamos na tabela 3, a sistematização dos resultados alcançados:

Tabela 3 - Área da Pobreza e Exclusão Social | tipo de Intervenção | Ações Prioritárias | Felgueiras

| Área de Atuação | Problemática Prioritária | Tipologia de Intervenção | Ações prioritárias |
|-----------------|---|---|--|
| Saúde Mental | 3.1. Aumento de crianças e jovens com problemas de saúde mental | 3.1.1. Programas de promoção da saúde mental em meio escolar – psicoterapia e estimulação do desenvolvimento emocional e relacional | Ações de promoção da saúde mental em meio escolar; |

| | | | |
|--|---|---|---|
| | 3.2. Diminuição da qualidade de Vida da população (saúde mental) | 3.2.1. Consulta de Psicologia | Intervenção e acompanhamento individual nas diversas problemáticas: depressão, ansiedade, stress, entre outras. |
| Área de Atuação | Problemática Prioritária | Tipologia de Intervenção | Ações prioritárias |
| Dependências | 3.3. Prevenção das dependências | 3.3.1. Programas de prevenção no âmbito do consumo das novas substâncias psicoativas e dos novos comportamentos aditivos, em particular o jogo patológico | Ações de prevenção e sensibilização na comunidade, para a problemática das dependências; |
| | 3.4. Aumentar o número de sinalizações e de pessoas em tratamento | 3.4.1. Intervenção de proximidade | Motivação para o tratamento. |
| Área de Atuação | Problemática Prioritária | Tipologia de Intervenção | Ações prioritárias |
| Pessoas em Situação de Sem Abrigo | 3.5. Reforço do acompanhamento especializado ao nível social e da saúde | 3.5.1. Reforçar a intervenção na área da saúde (rede de cuidados de saúde primários, saúde mental e medicina dentária) através do estabelecimento de protocolos de colaboração com entidades da Administração Central e IPSS. | Intervenção ao nível da saúde e do âmbito social; |
| | 3.6. Reforço das equipas de sinalização (equipas de rua) | 3.6.1. Intervenção de proximidade | Intervenção de proximidade desenvolvendo trabalho técnico de intervenção psicossocial, com deslocações ao terreno de forma a conceder apoio social e psicológico. |

Fonte: Diagnóstico Social, 2023

d. ÁREA DA EXCLUSÃO ESTRUTURAL

Dentro do contexto da exclusão social, existem diferentes graus e formas de exclusão que, segundo Sposati (1996), se apresentam como: **EXCLUSÃO ESTRUTURAL**, resultado do processo seletivo do mercado, que não garante emprego a todos, gerando contínua desigualdade.

As pesquisas evidenciaram que o **desemprego** tem uma grande probabilidade de se traduzir, para as pessoas que o vivem, numa sensação de fracasso, em particular quando a duração de privação de trabalho se prolonga. O desemprego é, muitas vezes, causa de uma degradação do nível de vida, um afastamento da vida social, uma marginalização face a outros trabalhadores, efeitos que podem acumular-se e provocar uma situação de pobreza extrema, na fronteira da rutura social. Esses estudos mostraram também que a ausência de emprego não produz, em todo o lado, os mesmos níveis e os mesmos tipos de exclusão social (Gallie e Paugam, 2000) e atua de maneira diferente ao nível dos laços familiares nos diferentes países e mesmo, às vezes, conforme as regiões.

Ao nível das pessoas em situação de desemprego/desemprego de longa duração, observamos o seguinte:

DESEMPREGADOS/ DESEMPREGADOS DE LONGA DURAÇÃO:

- Em 2022, a taxa de desemprego em Felgueiras de 5,9%, com uma média anual de 1539,30. Destes 134,9% procuram o 1.º emprego e 1404,4% procuram um novo emprego;
- A média anual, dos/as desempregados/as inscritos/as no Centro de Emprego, 60,39% tinham 45 anos ou mais e 48,49% estavam inscritos há um ano ou mais;
- O maior número de desempregados tem o 1.º ciclo do ensino básico;
- O sexo feminino é o que apresenta valores mais elevados de desemprego.

Analisando o fenómeno dos jovens NEET e apesar de ser um problema transversal a todo o mundo - pior nas economias emergentes - olhando para o nosso país, há problemas que se destacam, nomeadamente a saúde destes jovens, a segurança em sociedade e até a produtividade do país, pois a capacidade destes jovens não está a ser utilizada na sua plenitude.

No que respeita aos **jovens NEET e pessoas em situação de precaridade**, podemos observar:

JOVENS NEET/ PRECARIDADE:

- No território não existem dados relativos ao Jovens NEET. Contudo podemos perceber pelas taxas de desemprego, que em 2022, existiam 6,8% de jovens desempregados entre os 15-24 anos, por cada 100 ativos e 11,3% entre os 25-34 anos;
- Precaridade Laboral – 20,8% das pessoas empregadas encontram-se com contratos a termo/prazo, em 2019.

O acesso a uma **habitação** digna é um direito consagrado na Constituição da República Portuguesa, no art.º 65, desde 1976, a par com outros direitos como a saúde e a educação. No entanto, sabemos que nunca foi garantido de forma plena, nem é compreendido desse modo.

Tendo em conta a lei de bases da habitação, “Todos têm direito à habitação, para si e para a sua família, independentemente da ascendência ou origem étnica, sexo, língua, território de origem, nacionalidade, religião, crença, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, género, orientação sexual, idade, deficiência ou condição de saúde” (art.º 2.º). O estado é o garante deste direito (art.º 3.º) com o reforço da intervenção dos municípios, conforme a lei 105/2018 de 29 de novembro.

Relativamente às questões da habitação, podemos observar:

HABITAÇÃO:

- Em Felgueiras, existiu um aumento de alojamentos familiares clássicos, em 2021 em relação a 2011, cerca de mais 500 alojamentos;
- Existe uma grande percentagem de casas arrendadas ou em outra situação, que em muitas freguesias chega a ser 50% ou mais das casas próprias;
- Existem muitos alojamentos, propriedades dos ocupantes, onde os mesmos não têm nenhum encargo à banca. Contudo verificamos que ainda existem muitos dos alojamentos com prestações, sendo que na sua maioria se situam entre os 200-299 euros;
- O n.º médio de indivíduos por alojamento, este desceu 0,2 em relação a 2011;
- Assistimos de 2011 para 2021 a uma diminuição da construção, em quase 50%;
- Em 2021, as construções novas são na maioria T3;
- No que diz respeito aos apoios à habitação, temos 32 habitações com apoios para arrendamento, 87 habitações sociais e 48 em reabilitação.

Para a área da Exclusão Estrutural, apresentamos na tabela 4, a sistematização dos resultados alcançados:

Tabela 4- Área da Exclusão Estrutural | tipo de Intervenção | Ações Prioritárias | Felgueiras

| Área de Atuação | Problemática Prioritária | Tipologia de Intervenção | Ações prioritárias |
|---------------------------|--|--|--|
| Habitação | 4.1. Ausência de Habitação Acessível | 4.1.1. Reforço de programas de renda apoiada 4.1.2. Maior número de habitações com renda acessível 4.1.3. Reforço de medidas para arrendamento jovem | Criação de programas de reforço à renda apoiada, à disponibilização de casas com renda acessível e reforço de arrendamento jovem. |
| Área de Atuação | Problemática Prioritária | Tipologia de Intervenção | Ações prioritárias |
| Jovens NEET / Precaridade | 4.2. Intervenção junto deste público-alvo de ações de esclarecimentos sobre os Direitos e Deveres dos desempregados | 4.2.2. Integração Mercado Trabalho | Cursos Educação e Formação; Cursos Vida Ativa; Encaminhamento para ofertas de emprego; Aprendizagem + (jovens com o 12 ano); Ofertas de emprego; Compromisso Emprego sustentável; Outras medidas ativas de emprego pontuais; |
| | 4.3. Orientação Profissional e vocacional para os Jovens que não estudam nem trabalham | 4.3.3. Estágios Profissionais; 4.3.4. Formação Profissional adequada à situação individual | Estágios Profissionais para jovens < 30 anos Sistema de Formação Profissional Aprendizagem +. |
| Área de Atuação | Problemática Prioritária | Tipologia de Intervenção | Ações prioritárias |
| Desemprego | 4.4 Orientação Profissional e vocacional. Desenvolvimento de ações de esclarecimentos sobre Direitos e Deveres dos desempregados | Formação Profissional com o objetivo de Integração re (inserção no Mercado Trabalho | Cursos Educação e Formação; Cursos Vida Ativa; Encaminhamento para ofertas de emprego; Contrato Emprego Inserção (CEI e CEI+); Compromisso Emprego sustentável; outras medidas ativas de emprego pontuais. |

Fonte: Diagnóstico Social, 202

5. PROJETO ÂNCORA

O projeto Âncora, definido pelo Município de Felgueiras, denominado de **INTERGERACIONALIDADE**, pretende ser uma resposta focalizada nos impactos sociais relevantes identificados no concelho.

As questões da intergeracionalidade implicaram desenhar o projeto tendo em conta três componentes:

- Componente 1- Academia Sénior (população Sénior);
- Componente 2- Inclusão pela Arte (crianças em situação de vulnerabilidade social);
- Componente 3- Includoteca (Jovens até aos 18 anos e pessoas idosas com idade superior a 65 anos).

O modelo de governação do projeto âncora, deverá seguir os seguintes princípios técnicos:

Tabela 5– Modelo de Governação do(s) Projeto(s)

| | |
|--|--|
| ARTICULAÇÃO COM AS POLÍTICAS LOCAIS, OUTROS PROJETOS E SERVIÇOS | Entidades de Economia Social do Concelho; Entidades do CLAS |
| ENTIDADE PROMOTORA | Câmara Municipal de Felgueiras |
| ENTIDADE GESTORA | Divisão de Ação Social e Saúde |
| ENTIDADES EXECUTORAS | Câmara Municipal de Felgueiras |
| MODELO DE GESTÃO | Equipa constituída por elementos de gestão do Município e pelas entidades do CLAS |
| FINANCIAMENTO | Município de Felgueiras – Portugal 2030 – PRR – Norte 2030 |
| LIGAÇÃO À COMUNIDADE E PRÁTICAS DE INCLUSÃO | O projeto procurará integrar e articular todos os recursos institucionais, serviços que possam constituir uma oportunidade para o grupo-alvo, no sentido de promover, em colaboração com as instituições do Concelho, atividades de animação sociocultural, direcionadas a diferentes públicos; criar estruturas locais de proximidade para o apoio a situações de vulnerabilidade socioeconómica e para a promoção de |

| | |
|---------------------------------|---|
| | atividades de intervenção comunitária e desenvolvimento social. |
| BOAS PRÁTICAS E INOVAÇÃO | O projeto realizará a avaliação dos resultados (contínua e de impacto). Será uma prática que se pretende que possa ser disseminada em outras realidades concelhias. -Pretende contribuir para a dignificação e melhoria da qualidade de vida da população; minorar os fatores de isolamento social, proporcionando uma vida mais ativa; fomentar o convívio, as relações intergeracionais e a troca de experiências. |

A estrutura técnica de intervenção em cada componente temática do projeto está definida no formato seguinte:

Componente 1 – Academia Sénior

A Academia Sénior de Felgueiras desenvolve várias atividades que estimulam o enriquecimento cultural, a prática de desporto, a partilha de experiências e que fomentam o convívio.

Criada com o objetivo de promover o envelhecimento ativo, esta academia, sita no Centro Intergeracional da Lixa e nas Piscinas Municipais de Felgueiras, proporciona aos utentes Terapias Alternativas, Ciências Experimentais, Atividade Física, Relaxamento e Bem-Estar, entre outras disciplinas.

Tabela 6 – Caracterização da Componente 1 | Academia Sénior

| JUSTIFICAÇÃO | |
|--|--|
| Identificação grupo-alvo e dos potenciais beneficiários | A AS tem como destinatários todas pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, independentemente do seu nível de escolaridade. A AS pode admitir, excecionalmente, pessoas com idade inferior a 60 anos, no caso de a frequência da mesma se revelar importante para a sua saúde física e psíquica, a decidir pelo Executivo Camarário. |

| | |
|---|--|
| Caracterização dos problemas e das necessidades que justificam o projeto | O concelho de Felgueiras, em linha com o resto do País, tem visto a sua população envelhecer, sendo que em 20 anos (2001-2021), viu a percentagem de idosos (+ 65 anos) quase duplicar de 9,5 para 18% e o Índice de envelhecimento (número de idosos por cada 100 jovens) passar de 42,9 para 142 (dados pordata.pt). É, portanto, cada vez mais imprescindível o desenvolvimento de atividades lúdicas e pedagógicas para salvaguardar bem-estar físico, psicológico e mental, bem como, manter este grupo ativo na sociedade. |
|---|--|

Os principais objetivos, resultados e ações previstos para esta componente, são os seguintes:

Tabela 7 – Ficha Componente 1 | Academia Sénior

| Objetivos | Indicadores |
|---------------------------------|--|
| Objetivo Estratégico | Promover o envelhecimento ativo, através de aulas de diferentes quadrantes do saber nomeadamente: Estratégias Psicológicas, estratégias sociais e físicas. N.º de atividades realizadas; N.º de beneficiários iniciais/finais; N.º de presenças por atividade; |
| Objetivos Específicos | Fomentar a participação ativa; Promover o convívio intergeracional; Valorizar a troca de experiências entre gerações; Prevenir o isolamento social dos/as seniores; Proporcionar um envelhecimento ativo, saudável e integrado; Promover aprendizagens em contextos informais; Proporcionar momentos de convívio; Promover a cidadania ativa; Fomentar a ajuda mútua entre o grupo; Reforçar os afetos, o respeito mútuo e a partilha; Fomentar e apoiar o voluntariado. |
| Metodologia | 1.ª fase- Capacitação da equipa técnica; 2.ª fase – Publicitação das atividades a desenvolver; 3.ª fase- Sinalização dos beneficiários; 4.ª fase – Implementação das atividades; 5.ª fase – Monitorização e avaliação das atividades. |
| Avaliação de resultado e | A avaliação é feita em duas fases: |

| | |
|-------------------------------|---|
| respetivos indicadores | Avaliação formal: Aplicação de questionários, registo de presenças e inscrição/renovação de inscrições. N.º de seniores que desistiram do projeto, Avaliação informal: Observação direta, nível de motivação dos participantes. |
| Metas | Nº de alunos/as inscritos/as: 70 Criação de novas disciplinas, para aumentar a diversidade de atividades. |

Tabela 8 – Ficha de Ações do Projeto da Componente 1 | Academia Sénior

| Ações | Designação | Entidade promotora / Recursos (Existentes e a mobilizar) |
|--------------------------|--|--|
| Área Social | Convívios, Visitas de estudo, momentos de partilha | Município de Felgueiras, Técnicos/as do Município Voluntários/as |
| Área Cognitiva | Estimulação cognitiva, xadrez, inglês, filosofia, terapias alternativas, ... | Município de Felgueiras Técnicos/as do Município Voluntários/as |
| Área de Atividade Física | Boccia, ginástica, | Município de Felgueiras Técnicos/as do Município Voluntários/as |

Componente 2 – Inclusão pela arte

Com a Inclusão pela Arte pretende-se promover a inclusão social através da arte de crianças em situação de vulnerabilidade social.

A inclusão pela arte oferece às pessoas em situação de vulnerabilidade social a possibilidade de desfrutar o seu direito ao lazer e a oportunidade desenvolvimento intelectual e criativo. É, portanto, um meio de buscar o seu desenvolvimento integral.

A inclusão é uma atitude que na prática, reconhece e derruba as barreiras dos pré-conceitos inerentes à individualidade, devolvendo-lhe todo o potencial. Não existe por isso expressão de arte mais sublime que a própria inclusão.

Tabela 9 – Caracterização da Componente 2 | Inclusão pela Arte

| JUSTIFICAÇÃO | |
|--|---|
| Identificação grupo-alvo e dos potenciais beneficiários | Crianças em situação de vulnerabilidade social. |

| | |
|---|---|
| Caracterização dos problemas e das necessidades que justificam o projeto | Promover a inclusão ativa de crianças socialmente excluídas; Evitar que as crianças adotem comportamentos de risco; Garantir uma ocupação saudável para as crianças no período pós-escolar; |
|---|---|

Os principais objetivos, resultados e ações previstos para esta componente, são os seguintes:

Tabela 10 – Ficha Componente 2 | Inclusão pela Arte

| Objetivos | | Indicadores |
|--|---|--|
| Objetivo Estratégico | Aumentar a inclusão de crianças provenientes de meios socialmente fragilizados; | N.º de crianças sinalizadas/ n.º de crianças integradas; N.º de atividades realizadas; N.º de participações; |
| Objetivos Específicos | Garantir uma ocupação às crianças fora do período escolar Apresentar a arte como forma de inclusão ativa Promover e reforçar o espírito de pertença à comunidade Manter as crianças que se encontram em risco de exclusão longe de comportamentos desviantes Quebrar o ciclo social da exclusão | |
| Metodologia | 1.ª fase- Constituição da equipa técnica; 2.ª fase – Publicitação das atividades a desenvolver; 3.ª fase- Sinalização dos beneficiários; 4.ª fase – Implementação das atividades (aulas de percussão e criação de um grupo de percussão para crianças e jovens); 5.ª fase – Monitorização e avaliação das atividades. | |
| Avaliação de resultado e respetivos indicadores | N.º de crianças e jovens que aderiram ao projeto N.º de crianças e jovens que desistiram do projeto Níveis de motivação das crianças e jovens para permanecerem no projeto | |
| Inputs Outputs e (Execução e resultados) | Miniconcertos em eventos concelhios dinamizados pelo projeto | |
| Metas | N.º de crianças e jovens que aderem ao projeto no primeiro ano: 20 Nível de motivação das crianças e jovens para permanecerem no projeto: Bom | |

Tabela 11 – Ficha de Ações do Projeto da Componente 2 | Inclusão pela Arte

| Ações | Designação | Entidade promotora / Recursos (Existentes e a mobilizar) |
|--------------------|--------------------|--|
| Aulas de Percussão | Aulas de Percussão | Município de Felgueiras, Técnicos/as do Município Voluntários/as |
| Miniconcertos | Miniconcertos | Município de Felgueiras, Técnicos/as do Município Voluntários/as |

Componente 3 – Includoteca

O aumento da esperança média de vida e a diminuição da natalidade traz consigo consequências para a sociedade, consequências que são visíveis no envelhecimento cada vez mais acentuado. Sendo esta problemática um dos principais debates da atualidade, é importante inculcar, nos mais jovens, a importância das pessoas idosas, em qualquer território.

Includoteca pretende apostar na melhoria da qualidade de vida dos menos jovens, para que estes não se sintam indesejados ou excluídos.

Tabela 12 – Caracterização da Componente 3 | Includoteca

| JUSTIFICAÇÃO | |
|---|---|
| Identificação grupo-alvo e dos potenciais beneficiários | Jovens até aos 18 anos; Seniores com idade superior a 65 anos. |
| Caracterização dos problemas e das necessidades que justificam o projeto | Segundo dados do INE, o concelho de Felgueiras é um dos concelhos mais jovens do País (12,7%). No entanto, os mesmos dados apresentam um envelhecimento populacional progressivo (18%). |

Os principais objetivos, resultados e ações previstos para esta componente, são os seguintes:

Tabela 13– Ficha Componente 3 | Includoteca

| Objetivos | | Indicadores |
|--|---|--|
| Objetivo Estratégico | Será potenciado em ambiente intergeracional, com utilização de jogos de tabuleiro, a socialização e desenvolvimento biopsicossocial dos beneficiários. | N.º de atividades realizadas; N.º de participantes; |
| Objetivos Específicos | Melhoria das relações sociais; Reconhecimento das emoções; Estimulação das conexões cerebrais, permitindo construir um pensamento crítico, disciplinado, exercitando a memória e as competências de tomadas de decisão no quotidiano; Melhoria do equilíbrio emocional e desenvolvimento da personalidade; Promoção do bem-estar. | |
| Metodologia | Realização de encontros intergeracionais, vivenciando a experiência dos beneficiários, proporcionando um cenário divertido, calmo e desafiador com diversos Jogos de Tabuleiro. | |
| Avaliação de resultado e respetivos indicadores | INDICADORES PROVÁVEIS: <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento da socialização; • Desenvolvimento da iniciativa; • Desenvolvimento de noções de valores; • Desenvolvimento da atenção e rapidez de reação; • Desenvolvimento da criatividade; • Desenvolvimento da expressão corporal e habilidades motoras. | |

Tabela 14 – Ficha de Ações do Projeto da Componente 3 | Includoteca

| Ações | Designação | Entidade promotora / Recursos (Existentes e a mobilizar) |
|----------------------------|----------------------------|--|
| Encontros intergeracionais | Encontros intergeracionais | Município de Felgueiras, Técnicos/as do Município Voluntários/as |

6. PROJETOS ESTRUTURANTES

Os projetos Estruturantes que aqui se apresentam são:

- Plataforma Capacitar;
- Plataforma Voluntariado;
- Plataforma Ação Social.

6.1. Plataforma Capacitar

O Programa Capacitar Felgueiras consiste num apoio atribuído de forma equitativa a todas as Organizações de Caráter Social sem Fins Lucrativos do Concelho de Felgueiras, definido por regulamentação específica.

Assume como objetivo principal o incentivo à participação das Organizações na promoção da inclusão social e da qualidade de vida dos indivíduos, das famílias e da comunidade. Prevê, também, o desenvolvimento e consolidação da rede de equipamentos sociais, diversificados e qualificados, para assegurar uma adequada taxa de cobertura em todo o Município de Felgueiras. [Capacitar – Câmara Municipal de Felgueiras \(cm-felgueiras.pt\)](http://cm-felgueiras.pt)

Tabela 15 – Projeto Estruturante | Plataforma Capacitar

| Designação do Projeto | PLATAFORMA CAPACITAR |
|--|---|
| Necessidade Identificada de Inovação | Gestão do programa Capacitar Felgueiras de forma digital (sem recurso a qualquer papel) |
| Necessidade Identificada de Capacitação | Formação a técnicos/as do Município responsáveis pelo programa Capacitar Felgueiras |
| Inovação | Criação de uma rede de interligação entre as IPSS e o Município |
| Objetivo Estratégico | Facilitar a candidatura das IPSS e da avaliação das mesmas |
| Objetivos Específicos | Incentivar à participação das IPSS na promoção da inclusão social e da qualidade de vida dos indivíduos, das famílias e da comunidade. Desenvolver e consolidar a rede de equipamentos sociais, diversificados e qualificados, para assegurar uma adequada taxa de cobertura em todo o Município de Felgueiras |
| Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo | Formação de técnicos/as do Município Registo das IPSS na plataforma Submeter documentos das IPSS Submeter candidatura das IPSS |

| | | |
|---|--|-------------------------|
| Grupo-alvo (beneficiários) | IPSS | |
| Promoção e Governança | Entidade Promotora | Município de Felgueiras |
| | Entidades Parceiras | |
| Horizonte temporal | Data de Início - 2020 | Data de Término |
| Avaliação de Impacto (Indicadores) | N.º de IPSS que utilizam a plataforma N.º de registos das IPSS na plataforma N.º de candidaturas ao programa Capacitar Felgueiras | |
| Resultados Esperados | Poupança de tempo aos/às técnicos/as gestores/as do município Aumento do n.º de IPSS registados na plataforma Aumento da cobertura dos equipamentos sociais concelhios | |
| Recursos a mobilizar (linhas de financiamento) | Município de Felgueiras | |

6.2. Plataforma Voluntariado

A plataforma Voluntariado pretende ser um recurso de gestão do voluntariado do município de Felgueiras. Permite com maior rapidez e eficácia, fortalecer a comunicação e maximizar o potencial humano no âmbito das iniciativas desenvolvidas no município de Felgueiras, favorecer a interação e a comunicação entre as entidades, criar valor social e promover a cooperação entre a Instituição e os/as cidadãos/ãs.

Tabela 16 - Projeto Estruturante – Plataforma Voluntariado

| | |
|--|---|
| Designação do Projeto | PLATAFORMA VOLUNTARIADO |
| Necessidade Identificada de Inovação | Gestão do voluntariado no Município de forma digital <u>(sem recurso a qualquer papel)</u> |
| Necessidade Identificada de Capacitação | Formação a técnicos/as do Município responsáveis pela gestão do voluntariado |
| Inovação | Criação de uma rede social de interligação entre voluntários/as |
| Objetivo Estratégico | Facilitar a colocação de voluntários/as em determinadas ações |
| Objetivos Específicos | Garantir |
| Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo | Formação de técnicos/as do Município Registo de voluntários/as na plataforma Emissão automática de certificado de horas de voluntariado |

| | | |
|---|--|-------------------------|
| | Coordenação entre necessidades identificadas e voluntários/as existentes. | |
| Grupo-alvo (beneficiários) | Voluntários/as inscritos/as no CMV | |
| Promoção e Governança | Entidade Promotora | Município de Felgueiras |
| | Entidades Parceiras | |
| Horizonte temporal | Data de Início (a definir) | Data de Término |
| Avaliação de Impacto (Indicadores) | N.º de voluntários/as que utilizam a plataforma N.º de interações registadas entre Município e voluntários/as N.º de certificados emitidos automaticamente | |
| Resultados Esperados | Poupança de tempo aos/às técnicos/as gestores/as do CMV Aumento do n.º de voluntários/as inscritos/as na plataforma Aumento do espírito de equipa, via aumento da interação entre voluntários/as | |
| Recursos a mobilizar (linhas de financiamento) | Município de Felgueiras | |

6.3. Plataforma Ação Social

A plataforma Ação Social pretendesse que promova a desmaterialização e a gestão de toda a ação social local, no âmbito das competências legais e da prestação de serviços municipais de cariz social de apoio aos/às cidadãos/ãs.

Tabela 17 - Projeto Estruturante – Plataforma Ação Social

| | |
|--|--|
| Designação do Projeto | PLATAFORMA AÇÃO SOCIAL |
| Necessidade Identificada de Inovação | Gestão dos processos familiares (sem recurso a qualquer papel) |
| Necessidade Identificada de Capacitação | Formação a técnicos/as do Município responsáveis pelo SAAS e pelo NLI; a técnicos/as dos protocolos entre o Município e as IPSS; técnicos da divisão de ação social. |
| Inovação | Criação de uma rede de interligação entre as IPSS protocoladas com o Município |

| | | |
|---|---|-------------------------|
| Objetivo Estratégico | Facilitar a comunicação entre as IPSS protocoladas com o Município | |
| Objetivos Específicos | Criar/analisar o processo familiar Criar/gerir contrato de inserção Criar/gerir acordo de intervenção social | |
| Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo | Formação de técnicos/as do Município e as IPSS protocoladas Registo dos agregados familiares na plataforma de Ação Social Registo dos processos familiares na plataforma de Ação Social | |
| Grupo-alvo (beneficiários) | Pessoas em situação de vulnerabilidade | |
| Promoção e Governação | Entidade Promotora | Município de Felgueiras |
| | Entidades Parceiras | Segurança Social, IPSS |
| Horizonte temporal | Data de Início 2020 | Data de Término |
| Avaliação de Impacto (Indicadores) | N.º de processos familiares na plataforma N.º de contratos de inserção na plataforma N.º de acordo de intervenção social na plataforma | |
| Resultados Esperados | Poupança de tempo aos/às técnicos/as gestores/as do município Aumento da cobertura das famílias do município | |
| Recursos a mobilizar (linhas de financiamento) | Município de Felgueiras | |

7. PROJETO INOVAÇÃO

7.1. Projeto Ativ`IDADE

O projeto intitula-se *Ativ`IDADE (ativar a idade)*, é um projeto inovador, que visa promover o envelhecimento ativo. Esta intervenção tem como público-alvo a população sénior do concelho de Felgueiras e será desenvolvido no domicílio dos seniores e em 32 sedes de freguesias do concelho.

Estes locais (sedes de freguesias), terão em conta questões de acessibilidade, quer geograficamente, quer em termos de limitações motoras, respeitando a inclusão de todos/as. De forma a assegurar que estas atividades abrangam a população idosa em situação de vulnerabilidade, ou dependência física e/ou psicológica, serão promovidas atividades em contexto domiciliário, adaptadas às necessidades do indivíduo.

O projeto preconiza o desenvolvimento pessoal e social, através da intergeracionalidade, participação cívica e familiar, promoção de literacia para a saúde, bem-estar físico e mental do idoso.

Tabela 18 - Projeto Inovação – Ativ`IDADE

| | | |
|--|---|-------------------------|
| Designação do Projeto | PROJETO ATIV`IDADE | |
| Necessidade Identificada de Inovação | Necessidade de dar resposta aos seniores mais isolados socialmente. | |
| Necessidade Identificada de Capacitação | Equipa multidisciplinar do Município capacitada para as funções a desempenhar. | |
| Inovação | Criação de material interativo de estimulação cognitiva físico e digital. | |
| Objetivo Estratégico | Criar uma rede de apoio social | |
| Objetivos Específicos | <ul style="list-style-type: none"> -Combater o isolamento social dos/as seniores; -Proporcionar um envelhecimento ativo, saudável e integrado; - Prevenir doenças neurodegenerativas; -Promover qualidade de vida aos intervenientes. | |
| Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo | Planeamento de atividades (elaboração do cronograma); Divulgação; Execução das atividades; Avaliação e monitorização; | |
| Grupo-alvo (beneficiários) | Seniores do concelho mais isolados socialmente a usufruir do serviço de teleassistência. | |
| Promoção e Governação | Entidade Promotora | Município de Felgueiras |
| | Entidades Parceiras | |

| Horizonte temporal | Data de Inicio 2022 | Data de Término |
|---|--|------------------------|
| Avaliação de Impacto (Indicadores) | <ul style="list-style-type: none"> - N.º de seniores de inscritos; -Avaliação cognitiva com reavaliações periódicas; - Avaliação da solidão (através da escala de solidão UCLA). | |
| Resultados Esperados | <ul style="list-style-type: none"> Aumento do n.º de inscritos/as; Diminuição do sentimento de solidão; Aumento do espírito de equipa, via aumento da interação entre técnicos/as e seniores. | |
| Recursos a mobilizar (linhas de financiamento) | Município de Felgueiras | |

8. SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Qualquer processo de planeamento e implementação de ações, pressupõe a ativação de um dispositivo de acompanhamento, monitorização e avaliação das ações desenvolvidas.

A monitorização e avaliação, de cada ação implementada no âmbito do PDS, deverão constituir um dos pilares da boa governação do PDS, de modo a assegurar a prossecução eficaz e eficiente dos objetivos e estratégias definidas no âmbito do planeamento local.

A monitorização será um processo regular e contínuo, suportado na recolha de evidências e dados para a análise da informação, que posteriormente será disponibilizada aos demais parceiros do CLAS envolvidos na implementação do PDS.

A avaliação será um processo que terá lugar no final do período de vigência do PDS, preferencialmente com uma perspetiva externa e independente. Este será o momento de se proceder a um balanço final, sobre os resultados obtidos, com a identificação das principais dificuldades e boas práticas de desenvolvimento social no período, em causa. A responsabilidade pelo acompanhamento da execução, monitorização e avaliação do PDS, bem como da manutenção da sua articulação com os respetivos Planos de Ação será, de acordo com as suas atribuições, do Núcleo Executivo do CLAS de Felgueiras.

É de todo importante que todos os parceiros da Rede Social que estejam envolvidos no planeamento, desenvolvimento e implementação de cada plano de ação anual, estejam alinhados com o que diferencia as três componentes, aqui em desenvolvimento.

Monitorização, deverá ser entendida como um processo regular, de análise da implementação do plano, tendo como objetivo aferir em que medida, o mesmo está a decorrer como inicialmente previsto em cada plano de ação.

Acompanhar é um processo distinto de monitorizar. O Acompanhamento é um processo permanente de análise à sustentação, às metodologias, aos procedimentos e aos processos pelos quais se operacionaliza o plano em atividades concretas.

Avaliação, refere-se a um processo cíclico de análise aos méritos do plano na concretização dos objetivos a que se propôs, bem como a eficácia da sua implementação. Por definição, para se avaliar tem de primeiramente que se identificar o conjunto de objetivos que se pretende alcançar (gerais e específicos, de realização e de resultado), e, subseqüentemente os meios e processos ativados para tal. Ora, na

sua essência, o primeiro destes passos corresponde ao PDS e o segundo aos Planos de Ação anuais.

Como já descrito, os processos de Monitorização, de Acompanhamentos e de Avaliação são distintos, mas devem ser articulados quando são concomitantes num determinado Modelo.

As articulações entre estas três componentes devem operar-se através da análise que cada modelo deve contemplar. Ou seja, para que se dê esta articulação, deve ser contemplado o nível de análise processual, operacional e de resultado/ impacto.

Como o próprio nome nos indica, o nível operacional diz respeito à operacionalização do plano, definindo-se produtos previstos, cronograma de execução, indicadores de realização, entre outros.

A nível processual, incide sobre a qualidade dos processos de implementação do plano no terreno. Implica, a definição de parâmetros de análise, como a sua adequação à população, ao contexto e a relação direta com os objetivos operacionais.

Por fim. O nível do resultado foca-se na relação entre a implementação das ações e a prossecução dos objetivos a que se propõe. A este nível que se devem definir indicadores de ordem distinta: de qualidade, de satisfação, de resultado, de realização/execução, de impacto social, de impacto económico, etc.

Os três níveis, em cima descritos, têm todos uma relação com o acompanhamento, monitorização e avaliação do PDS.

9. BIBLOGRAFIA

Diagnóstico Social. Felgueiras. 2023;

Estratégia Nacional Portugal 2030;

Gallie, D. & Paugam, S. (eds.). (2000). Welfare regimes and the experience of unemployment in Europe. Oxford University Press;

Lei de Bases da Habitação – Lei n.º 83/2019 de 3 de setembro. Lei n.º 83/2019, de 03 de setembro (pgdlisboa.pt);

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) - ODS • Objetivos Desenvolvimento Sustentável • BCSD Portugal;

Organização Mundial da Saúde. (2001). Relatório mundial da Saúde. Saúde mental: nova conceção, nova esperança. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (ufmg.br);

Pereira, F., Cunha, P. (Coords.) (2017). Referencial de Educação para a Saúde, Lisboa: Ministério da Educação – Direção Geral da Educação; Direção-Geral da Saúde;

SICAD (2013). Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020, Lisboa: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências;

Sposati, A. (Ed.) (1996). Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo: Educ.

